

Paraense descobre que tem registro na carteira de trabalho como Presidente da República

Category: GERAL, PARÁ

escrito por Maria Luiza | 3 de junho de 2026



A paraense Ellen Guedes, de 52 anos, levou um susto ao acessar a Carteira de Trabalho Digital para consultar o tempo de contribuição. No sistema, ela aparece registrada como “Presidente da República” em um vínculo ligado à antiga Coordenadoria de Comunicação Social (Comus), da Prefeitura de Belém, entre março de 2005 e junho de 2006.

Na época, Ellen afirma que trabalhava como cerimonialista no órgão e estranhou a informação exibida no aplicativo.

Apesar de ter encarado a situação com humor, ela demonstrou preocupação com possíveis reflexos no cálculo do tempo de contribuição para a aposentadoria. O registro também mostra salário final de R\$ 3.691,98.

“Quando vi aquilo, achei engraçado. Presidente recebendo três mil?”, contou.

Apesar da surpresa e do tom bem-humorado diante da situação, Ellen diz que o aplicativo não permite visualizar corretamente o tempo de contribuição previdenciária, o que levanta dúvidas sobre possíveis impactos futuros no processo de aposentadoria.

Ela conta que descobriu o vínculo inusitado justamente ao tentar consultar os dados trabalhistas pelo aplicativo.

Recentemente, Ellen também recebeu uma mensagem relacionada ao Gov.br solicitando que realizasse a prova de vida do INSS para não perder um suposto benefício. “Mas que benefício?”, brincou.

A Carteira de Trabalho Digital reúne informações integradas de vínculos empregatícios e dados previdenciários.

“Fui presidente da República por um ano, só faltou me avisarem disso”, brincou Ellen.

Em nota, o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) esclareceu que “o registro não significa que houve erro no vínculo empregatício ou prejuízo aos direitos previdenciários da trabalhadora”. Segundo o órgão, entre 2002 e 2019 os empregadores informavam dados trabalhistas ao INSS por meio da Guia de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social (GFIP).

Nesse período, algumas empresas e órgãos públicos registraram códigos incorretos da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), incluindo, em alguns casos, o código correspondente ao cargo de Presidente da República.

Com a criação da Carteira de Trabalho Digital, em 2019, essas informações passaram a ser importadas automaticamente da base do Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS), reproduzindo eventuais erros cadastrados anteriormente.

O MTE informou ainda que a responsabilidade pelo envio correto dessas informações é do empregador. Atualmente, os dados são transmitidos pelo eSocial, que exibe o cargo informado pela empresa, reduzindo a possibilidade desse tipo de inconsistência.

A Prefeitura de Belém informou que Ellen, de fato, exerceu o

cargo comissionado de Chefe do Núcleo de Relações Públicas e Cerimonial da Coordenadoria de Comunicação Social (Comus), entre 2005 e 2006.

No entanto, segundo a prefeitura, não há qualquer registro funcional de nomeação para o cargo de “Presidente da República”, função inexistente no quadro de servidores municipais.

A Prefeitura também esclareceu que “não utiliza Carteira de Trabalho para registro de seus servidores”. Portanto, “a informação exibida na Carteira de Trabalho Digital não corresponde aos registros funcionais do município”.

Como corrigir

O MTE orientou que trabalhadores podem fazer correções na carteira de trabalho ligando para a Central 135 ou pelo portal MEU INSS. O atendimento telefônico é fundamental para abrir o protocolo.

O trabalhador deve solicitar “Atualização de Vínculos e Remunerações”. Depois, envia um documento pelo site do Meu INSS ou pelo aplicativo. O serviço é gratuito.

Fonte: g1 e Publicado Por: Jornal Folha do Progresso
03/06/2026/09:51:08

O formato de distribuição de notícias do [Jornal Folha do Progresso](#) pelo celular mudou. A partir de agora, as notícias chegarão diretamente pelo formato Comunidades, ou pelo canal uma das inovações lançadas pelo WhatsApp. Não é preciso ser assinante para receber o serviço. Assim, o internauta pode ter, na palma da mão, matérias verificadas e com credibilidade. Para passar a [receber as notícias](#) do Jornal Folha do Progresso, clique nos links abaixo siga nossas redes sociais:

- [Clique aqui e nos siga no X](#)

- [Clica aqui e siga nosso Instagram](#)
- [Clique aqui e siga nossa página no Facebook](#)
- [Clique aqui e acesse o nosso canal no WhatsApp](#)
- [Clique aqui e acesse a comunidade do Jornal Folha do Progresso](#)

Apenas os administradores do grupo poderão mandar mensagens e saber quem são os integrantes da comunidade. Dessa forma, evitamos qualquer tipo de interação indevida. Sugestão de pauta enviar no e-mail: folhadoprogresso.jornal@gmail.com.

Envie vídeos, fotos e sugestões de pauta para a redação do JFP (JORNAL FOLHA DO PROGRESSO) Telefones: WhatsApp [\(93\) 98404 6835](#)– (93) 98117 7649.

“Informação publicada é informação pública. Porém, para chegar até você, um grupo de pessoas trabalhou para isso. Seja ético. Copiou? Informe a fonte.”

*Publicado por Jornal Folha do Progresso, Fone para contato 93 981177649 (Tim) WhatsApp: [-93- 984046835](#) (Claro)
- Site: www.folhadoprogresso.com.br e-mail: folhadoprogresso.jornal@gmail.com/ou e-mail: adeciopiran.blog@gmail.com*

[Lignosulfonato de sódio no Brasil: onde e por que ele é utilizado](#)